

RESSIGNIFICANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS POR MEIO DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

Cleiton Dias de Paula ¹

Adriana Ligia Miskalo ²

Márcia Cristina Nunes ³

Eromi Izabel Hummel ⁴

RESUMO

Este resumo trata-se dos resultados de um trabalho interdisciplinar que culminou na elaboração de um *e-book* intitulado “Ressignificando as práticas pedagógicas por meio do Desenho Universal para a Aprendizagem,” produzido a partir dos estudos das disciplinas Didática I e o Desenho Universal para a Aprendizagem e Ensino e Consultoria Colaborativa do curso em Segunda Graduação em Educação Especial e Inclusiva pelo Programa Parfor Equidade na UNESPAR/Apucarana no ano de 2024. A turma de discentes era composta por professores que atuavam na educação básica. Também no *e-book* há textos que tratam sobre o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) para o planejamento e aprendizagem em uma perspectiva inclusiva. Para contextualizar a teoria e possibilitar maior relação com a prática foi proposto à turma a elaboração de planos de aula pautados nos Princípios do DUA. Estes planos integram o *e-book*. O objetivo do trabalho foi explorar o DUA para ressignificar as práticas pedagógicas inclusivas na educação básica. Entre os autores que fundamentaram o trabalho estão Heredero; Prais; Vitaliano (2022); Prais (2017) e Cast (2024) que tratam sobre o DUA, além de Mendes; Silva (2014) e Santos (2018) que tratam sobre adequação curricular, entre outros autores. A pesquisa colaborativa (Ibipiana; Ferreira, 2005) foi adotada como metodologia, uma vez que os professores cursistas contribuíram para a elaboração dos planos de aula com base nos estudos das disciplinas e em suas práticas em sala de aula. O *e-book* encontra-se disponibilizado no repositório digital da Unespar para livre acesso. Como resultado espera-se que o material possa contribuir para a prática pedagógica inclusiva dos professores que buscam atender às especificidades de aprendizagem e contribuir na efetivação do processo neste processo de forma diferenciada, rompendo barreiras para que os estudantes potencializem seus conhecimentos

Palavras-chave: Aprendizagem; Educação Inclusiva; Parfor; Recurso Digital; Trabalho Colaborativo.

INTRODUÇÃO

As práticas pedagógicas inclusivas apresentam-se como um desafio permanente no cotidiano escolar, exigindo do professor ações intencionais e fundamentadas em princípios que promovam o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os estudantes.

¹Mestrando do Curso de Educação Inclusiva pelo Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual do Paraná – PR (UNESPAR), cleitondipaula@gmail.com;

²Mestre em Educação Inclusiva pelo Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual do Paraná - PR (UNESPAR), miskalo.adriana@gmail.com;

³Mestre em Educação Inclusiva pelo Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual do Paraná - PR (UNESPAR), nunes.marcia@escola.pr.gov.br;

⁴Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista – Campus Marília, SP (UNESP), eromi.hummel@unespar.edu.br.



No contexto brasileiro, a efetivação da educação inclusiva está respaldada por marcos legais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que assegura o direito ao acesso, participação e aprendizagem dos estudantes do Público da Educação Especial na escola comum.

Contudo, a materialização dessa inclusão enfrenta barreiras significativas. Dados recentes do Censo Escolar da Educação Básica de 2023, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), evidenciam dados alarmantes: enquanto no Ensino Fundamental 62,9% dos alunos do Público da Educação Especial (PEE) estão matriculados no Atendimento Educacional Especializado (AEE), esse percentual reduz-se drasticamente para 12,6% no Ensino Médio (Brasil, 2024). Cenário este, que evidencia a urgência da formação continuada docente, alinhada à Meta 15.5 do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), como ferramenta para nortear os educadores, partindo da premissa de que o foco deve ser nas potencialidades e não nas dificuldades, e assim, consequentemente, trabalhando com foco em evitar ou diminuir a evasão escolar desse público.

É neste contexto que se insere o e-book “Ressignificando as práticas pedagógicas por meio do Desenho Universal para a Aprendizagem”, resultado do trabalho colaborativo entre docentes e discentes e as disciplinas de “Didática 1 e o Desenho Universal para a Aprendizagem” e “Ensino e Consultoria Colaborativa”.

Diante das demandas por uma educação equitativa, a formação de professores emerge como um pilar indispensável, pois são os docentes que, nas suas ações pedagógicas fazem a mediação da aprendizagem de forma diferenciada, tendo em vista atender as peculiaridades de cada estudante.

O material reúne textos e planos de aula elaborados pelos professores-cursistas, pautados nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), com o intuito de aproximar a teoria da prática pedagógica cotidiana e propor ações que promovam participação, engajamento e equidade no processo de ensino.

Metodologicamente, este artigo adota a abordagem da análise documental, tendo o e-book como corpus central, compreendendo-o como produto de uma pesquisa colaborativa (Ibipiana; Ferreira, 2005) desenvolvida durante a formação. Portanto, tem-se como objetivo geral explorar a abordagem do DUA para resignificar as práticas pedagógicas inclusivas na educação básica. Para isso, busca-se: 1) Apresentar a fundamentação teórica sobre o DUA que norteou a formação dos docentes; 2) apresentar planos de aula que contemplem o currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental



METODOLOGIA

A escolha do e-book como objeto de análise justifica-se pelo fato de se tratar de um produto formativo coletivo, elaborado por professores da educação básica em exercício, no contexto de uma formação continuada que visa à ressignificação das práticas pedagógicas inclusivas, compreendendo-o como produto e relato de uma experiência formativa. Conforme Ibiapiana e Ferreira (2005), formações colaborativas que ocorrem no interior da prática docente permitem a constituição de espaços de reflexão crítica sobre o ensinar, reforçando a compreensão da docência como processo de estudo, autoria e reconstrução permanente.

Não houve intervenção direta com humanos, uma vez que o material analisado foi produzido coletivamente para finalidade acadêmica e de domínio público, o que dispensa submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme Resolução CNS nº 510/2016.



Entretanto, preserva-se a autoria intelectual dos professores-cursistas e da instituição formadora.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão constitui um processo que vai além do mero acesso ao ambiente escolar, envolvendo a permanência com sucesso de todos os estudantes, independentemente de suas especificidades. Tal processo exige da escola e do professor a constante revisão do planejamento, das estratégias metodológicas, da avaliação e dos recursos e suportes necessários para facilitar a participação e o engajamento de todos, promovendo um senso de pertencimento (Araújo, 2023). Essa perspectiva corrobora com o pensamento de Mantoan (2003), que enfatiza a educação inclusiva como um processo no qual todos os estudantes podem ser incluídos na aprendizagem por meio de práticas pedagógicas pensadas para a diversidade.

Este percurso é resultado de marcos históricos da educação especial no contexto da inclusão, conforme Costa e Góes (2022). O Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais documentos oficiais que demarcam essa trajetória, sendo a Declaração de Salamanca (1994) o eixo norteador fundamental para o processo de educação inclusiva.

Quadro 1 Quadro 1- A Trajetória da Educação Especial/Inclusiva no Brasil e no Cenário Internacional (1948-2015)

Ano	Documentos	Âmbito	Contribuições
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos	Internacional	Estabelece que a educação é um direito fundamental para todos.
1988	Constituição Federal	Nacional (Brasil)	Garante o direito à educação e estabelece o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208, III).
1990	Declaração Mundial de Educação para Todos (Jomtien)	Internacional	Reafirma a necessidade de atender as necessidades básicas de aprendizagem de todas as pessoas.
1990	Lei nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA)	Nacional (Brasil)	Enfatiza a obrigatoriedade de matricular filhos ou pupilos na rede regular de ensino (Art. 55).
1994	Declaração de Salamanca	Internacional	Marco Global da Educação Inclusiva. Afirma que todas as crianças devem aprender juntas e que cabe à escola adequar-se para atender as especificidades de todos os estudantes.



1996	Lei nº 9.394 (LDB)	Nacional (Brasil)	Define a Educação Especial como modalidade de educação escolar a ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 58).
1999	(Convenção de Guatemala).	Internacional	Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência.
2008	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI)	Nacional (Brasil - MEC)	Documento orientador enfatiza a transversalidade da Educação Especial, definindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como complementar ou suplementar à formação dos estudantes.
2009	Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.	Nacional (Brasil - MEC)	Define a Sala de Recursos Multifuncional (SRM) como o locus prioritário do AEE.
2015	Lei nº 13.146 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência)	Nacional (Brasil)	Consolida o direito à educação inclusiva em todos os níveis, cabendo ao poder público assegurar um sistema educacional inclusivo, com adaptações razoáveis e apoio individualizado (Art. 27 e 28).

Fonte 1 Os Autores (2025).

Este quadro evidencia que os direitos das pessoas com deficiência na educação foi impulsionada por documentos internacionais como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), os quais exigiram dos governos o compromisso de oferecer uma educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente das suas singularidades e/ou deficiência, cabendo à escola realizar as adequações necessárias para a efetivação do processo de aprendizagem.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu um marco para a democratização e universalização da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 enfatizou que preferencialmente a escolarização da pessoa com deficiência se dê na escola comum, por meio de adequações no currículo, nas estratégias de ensino nos suportes e na avaliação para atender as necessidades dos estudantes.

A Convenção da Guatemala (1999) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) intensificaram a necessidade de um sistema de educação inclusiva capaz de garantir acesso e a permanência com sucesso de todos os estudantes.

Esses princípios foram enaltecidos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e nas Diretrizes Operacionais para o



Atendimento Educacional Especializado (AEE) (2009). O que estabeleceu que o AEE integrasse toda a Educação Básica e Superior, com oferta na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Essa oferta se efetiva por meio do trabalho colaborativo entre professores da Educação Especial e dos componentes curriculares no provimento das adequações curriculares necessárias para atender as especificidades de todos os estudantes.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) nº 13.146/2015 ratificou todos esses direitos, na afirmação de que haja a inclusão social e cidadã. Postula a inclusão plena em que haja acessibilidade, equidade em todos as esferas sociais, educação, saúde, trabalho, lazer, assistência social e cultural.

Estes direitos postulam a necessidade de que haja uma prática pedagógica que valorize as diferenças, promova a participação de todos os estudantes e garanta condições reais de aprendizagem, respeitando as necessidades, potencialidades e ritmos individuais de cada aluno.

Nesta perspectiva, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) funciona como um framework prático, um guia que orienta o professor a operacionalizar uma pedagogia verdadeiramente inclusiva, alinhada à perspectiva histórico-crítica. O DUA se afasta radicalmente da prática pedagógica uniforme, aquela que planeja para um suposto "aluno médio" e exige adaptações posteriores para aqueles que não se encaixam no molde.

Como apontam os pesquisadores do CAST (2024), a variabilidade dos estudantes não é a exceção, é a norma. Portanto, o planejamento deve ser flexível desde o início. As diretrizes do DUA, organizadas em seus três princípios (que não são necessariamente sequenciais), oferecem aos docentes um roteiro prático para a construção de planos de aula que, por concepção, reduzem barreiras à aprendizagem.

Ao adotar essas diretrizes, a prática docente transcende o modelo de "adaptação curricular" focado apenas em estudantes com deficiência. Conforme destacam autores como Heredero; Prais; Vitaliano (2022), o DUA beneficia a todos, como por exemplo, um aluno sem deficiência, mas com um perfil de aprendizagem mais visual, beneficia-se das Múltiplas Formas de Representação tanto quanto um aluno com dislexia. Um aluno tímido beneficia-se das Múltiplas Formas de Expressão tanto quanto um aluno não verbal.

Portanto, a análise dos planos de aula neste artigo buscou identificar como os professores-cursistas aplicaram essas diretrizes, não como um checklist, mas como uma ressignificação da sua prática pedagógica, movendo-se de um planejamento uniforme para um planejamento universal e flexível.



A análise dos planos de aula do e-book emergiu, portanto, da premissa de que os três princípios do DUA são, em essência, garantidores de múltiplas formas de interação social para a apropriação do conhecimento. Assim, a análise metodológica buscou verificar como os planos de aula elaborados pelos professores-cursistas aplicaram os princípios do DUA, não apenas como um modelo de acessibilidade, mas como uma prática pedagógica alinhada à concepção histórico-cultural de que a aprendizagem se efetiva pela e na interação social (Vygotsky, 2007).

Ressalta-se que nessa perspectiva, o professor assume o papel de mediador que organiza ambientes de aprendizagem acessíveis e desafiadores, favorecendo a zona de desenvolvimento proximal (ZDP) e respeitando o ritmo e as potencialidades de cada criança. A ZDP é compreendida como o espaço de potencialidades que existe entre aquilo que o estudante já é capaz de realizar de forma autônoma — sua zona de desenvolvimento real — para aquilo que ainda necessita de auxílio e mediação de outras pessoas mais experientes. Nesse sentido, a ZDP representa o campo em que o aprendizado se torna possível por meio da interação social e da mediação qualificada, possibilitando o avanço do estudante a novos patamares de desenvolvimento (Farias; et al., 2021).

A integração entre o DUA e a teoria histórico-cultural de Vygotsky, portanto, sustenta uma prática pedagógica que valoriza a diversidade e reconhece que toda criança é capaz de aprender, desde que lhe sejam oferecidas condições adequadas de mediação e interação social.

“Sem desconsiderar os fatores biológicos, Vigotski (2017) ressalta a importância do meio social para que o ser humano se desenvolva em todas as suas esferas, incluindo a aprendizagem. Ao compreender a aprendizagem como parte primordial ao desenvolvimento humano, Vigotski (1997; 2004; 2017) concebe a educação como campo intencionalmente estruturado e qualitativamente mediado em direção aos processos de ensino e aprendizagem que favorece a criação (em maior ou menor monta) de condições de construção e reelaboração de saberes e práticas. Desse modo, a educação configura um fator imprescindível à legitimação social, assegurando oportunidades de participação que promovem a inclusão em seu sentido amplo” (Faria; Venâncio; Schwarz; Camargo, 2021, p.7)

A saber, no direcionamento do DUA (Cast, 2024), apresentam-se os princípios das Múltiplas Formas de Engajamento que foca em como estabelecer e manter a motivação, envolvimento e o interesse dos estudantes. Isso é feito conectando o conteúdo



O e-book analisado organiza-se em duas partes: (1) textos introdutórios que discutem o DUA como abordagem curricular inclusiva, fundamentados em autores como Heredero; Prais; Vitaliano (2022), CAST (2024) e Costa; Góes (2023); e (2) planos de aula elaborados pelos professores-cursistas, destinados à Educação Infantil e à séries iniciais do Ensino Fundamental, estruturados com base nos três princípios do DUA: Engajamento, Representação e Ação/Expressão (Cast, 2024).

Tal amplitude demonstra que a incorporação dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem não se restringe a um segmento específico, mas pode ser mobilizada em múltiplos níveis da escolarização, reafirmando seu potencial de promover equidade, acessibilidade e participação de todos os estudantes no processo de aprendizagem.

Todos os planos de aula analisados apresentam adesão à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), evidenciando intencionalidade pedagógica e alinhamento às diretrizes nacionais do currículo. Em cada plano, constam, de maneira sistematizada, os elementos estruturantes do planejamento: Área do Conhecimento, Componente



Curricular, Unidade Temática, Objeto de Conhecimento, Habilidades acompanhadas de seus respectivos códigos normativos, seleção de recursos didáticos, orientações de acordo com cada princípio do DUA e referências. A escolha desta organização demonstra não apenas conformidade documental, mas também um movimento de compreensão e tradução da BNCC em práticas pedagógicas concretas, o que reforça a profissionalidade docente e uma forma didática de transcrever o framework para professores que não conhecem ou não são familiarizados com a abordagem retratada.

A análise do material foi realizada em três etapas complementares. Inicialmente, procedeu-se à leitura exploratória do e-book, com o intuito de compreender sua organização interna e sua intencionalidade formativa. Em seguida, realizou-se uma leitura analítica dos planos de aula que compõem o material, buscando identificar de que maneira os princípios do DUA foram incorporados ao planejamento pedagógico. Por fim, desenvolveu-se um processo de categorização interpretativa a partir dos três princípios orientadores do DUA: o princípio das Múltiplas Formas de Engajamento (O "Porquê"), referente às estratégias de motivação, este princípio fomenta diretamente a interação social ao "promover a colaboração e a comunidade" (CAST, 2024) e ao conectar os interesses dos alunos aos objetivos de aprendizagem, tornando a interação com o meio (colegas, professor, comunidade) o motor da relevância e da motivação para aprender; o princípio das Múltiplas Formas de Representação (O "Quê"): Ao diversificar a apresentação do conteúdo (o objeto de conhecimento), o DUA garante que a interação com o saber não seja uma barreira, oferecendo diferentes formas de mediação (visual, auditiva, textual, tátil), diz respeito à diversificação de recursos, linguagens e meios de acesso ao conhecimento; e o princípio das Múltiplas Formas de Ação e Expressão (O "Como"): , que orienta a oferta de diferentes possibilidades para que os estudantes expressem sua aprendizagem por meio de metodologias ativas e tecnologias acessíveis.

Essa categorização possibilitou a identificação de evidências concretas de flexibilização curricular e de práticas pedagógicas inclusivas nos planejamentos analisados. Ao propor a diversificação das formas pelas quais o estudante pode demonstrar o que aprendeu, o Desenho Universal para a Aprendizagem amplia as possibilidades de interação entre alunos, professores e colegas, promovendo uma comunicação multimodal — oral, escrita, digital, artística, entre outras — como instrumento legítimo de expressão e construção do conhecimento.

“Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a



pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”
(Brasil, 2008, p. 39)

A saber, no direcionamento do DUA (Cast, 2024), apresentam-se os princípios das Múltiplas Formas de Engajamento que foca em como estabelecer e manter a motivação, envolvimento e o interesse dos estudantes. Isso é feito conectando o conteúdo aos seus interesses, promovendo a colaboração e oferecendo níveis de desafio ajustáveis, como através de jogos, trabalhos em grupo ou projetos; o princípio das Múltiplas Formas de Representação, em que se orienta o professor a diversificar como a informação é apresentada ao estudante, indo além do texto escrito e utilizando recursos diversos como vídeos, áudios, gráficos e exemplos concretos; e em seguida, o princípio de Múltiplas Formas de Ação e Expressão encoraja e prepara o docente a oferecer alternativas para que os alunos demonstrem o que sabem, permitindo, por exemplo, respostas orais, desenhos, o uso de tecnologia assistiva ou produções textuais e digitais, ou seja, o estudante representará a forma como aprender determinado conteúdo a partir de suas habilidades, competências e da forma com que se sentir confortável durante seu processo de desenvolvimento acadêmico.

O e-book analisado organiza-se em duas partes: (1) textos introdutórios que discutem o DUA como abordagem curricular inclusiva, fundamentados em autores como Heredero; Prais; Vitaliano (2022), CAST (2024) e Costa; Góes (2023); e (2) planos de aula elaborados pelos professores-cursistas, destinados à Educação Infantil e à séries iniciais do Ensino Fundamental, estruturados com base nos três princípios do DUA: Engajamento, Representação e Ação/Expressão (Cast, 2024).

Os planos de aula analisados foram elaborados por professores atuantes na educação básica, o que evidencia um processo formativo ancorado na prática e na experiência concreta do cotidiano escolar. Alinhados à sua aplicabilidade nas diferentes etapas da Educação Básica, abrangendo desde a Educação Infantil até os anos iniciais do Ensino Fundamental, os planos evidenciam a necessária articulação entre as especificidades dos contextos institucionais e a diversidade das necessidades educacionais dos estudantes, reconhecendo a importância de práticas pedagógicas que valorizem a singularidade de cada sujeito e que promovam a equidade nos processos de ensino e aprendizagem.

Tal amplitude demonstra que a incorporação dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem não se restringe a um segmento específico, mas pode ser mobilizada



em múltiplos níveis da escolarização, reafirmando seu potencial de promover equidade, acessibilidade e participação de todos os estudantes no processo de aprendizagem.

Todos os planos de aula analisados apresentam adesão à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), evidenciando intencionalidade pedagógica e alinhamento às diretrizes nacionais do currículo. Em cada plano, constam, de maneira sistematizada, os elementos estruturantes do planejamento: Área do Conhecimento, Componente Curricular, Unidade Temática, Objeto de Conhecimento, Habilidades acompanhadas de seus respectivos códigos normativos, seleção de recursos didáticos, orientações de acordo com cada princípio do DUA e referências. A escolha desta organização demonstra não apenas conformidade documental, mas também um movimento de compreensão e tradução da BNCC em práticas pedagógicas concretas, o que reforça a profissionalidade docente e uma forma didática de transcrever o framework para professores que não conhecem ou não são familiarizados com a abordagem retratada.

A análise do material foi realizada em três etapas complementares. Inicialmente, procedeu-se à leitura exploratória do e-book, com o intuito de compreender sua organização interna e sua intencionalidade formativa. Em seguida, realizou-se uma leitura analítica dos planos de aula que compõem o material, buscando identificar de que maneira os princípios do DUA foram incorporados ao planejamento pedagógico. Por fim, desenvolveu-se um processo de categorização interpretativa a partir dos três princípios orientadores do DUA: o princípio das Múltiplas Formas de Engajamento (O "Porquê"), referente às estratégias de motivação, este princípio fomenta diretamente a interação social ao "promover a colaboração e a comunidade" (CAST, 2024) e ao conectar os interesses dos alunos aos objetivos de aprendizagem, tornando a interação com o meio (colegas, professor, comunidade) o motor da relevância e da motivação para aprender; o princípio das Múltiplas Formas de Representação (O "Quê"): Ao diversificar a apresentação do conteúdo (o objeto de conhecimento), o DUA garante que a interação com o saber não seja uma barreira, oferecendo diferentes formas de mediação (visual, auditiva, textual, tátil), diz respeito à diversificação de recursos, linguagens e meios de acesso ao conhecimento; e o princípio das Múltiplas Formas de Ação e Expressão (O "Como"): , que orienta a oferta de diferentes possibilidades para que os estudantes expressem sua aprendizagem por meio de metodologias ativas e tecnologias acessíveis.

Essa categorização possibilitou a identificação de evidências concretas de flexibilização curricular e de práticas pedagógicas inclusivas nos planejamentos analisados. Ao propor a diversificação das formas pelas quais o estudante pode



demonstrar o que aprendeu, o Desenho Universal para a Aprendizagem amplia as possibilidades de interação entre alunos, professores e colegas, promovendo uma comunicação multimodal, oral, escrita, digital, artística, entre outras, como instrumento legítimo de expressão e construção do conhecimento.

Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças (Brasil, 2008, p. 39)

Os planos revelam-se notáveis por fundamentarem-se nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, evidenciando uma abordagem pedagógica inclusiva, lúdica e centrada no estudante. Ao garantir múltiplas formas de engajamento, representação e ação/expressão, a proposta favorece a participação ativa e significativa de todos os alunos, respeitando seus diferentes modos de aprender. Ademais, potencializam o engajamento ao proporem atividades lúdicas e contextualizadas, que estimulam a curiosidade, a autonomia e o vínculo entre teoria e prática no processo educativo.

No Ensino Fundamental Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas (Brasil, 2008, p. 63)

Também observa-se a:

necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola (Brasil, 2008, p. 38)

Evidencia-se o compromisso com a inclusão ao sugerir adaptações específicas para alunos com deficiência, alinhado à filosofia do DUA de remover barreiras de aprendizagem.

[...] “os alunos são diferentes e apresentam modos diferentes de aprender um conteúdo e, dessa maneira, havendo ou não alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem em sala de aula, o DUA fortalece o processo de mudança significativa no sistema educacional, ao almejar ser inclusivo” (Prais, 2017, p. 75).

Identifica-se recursos didáticos concretos e referências digitais relevantes, fundamentando teoricamente a proposta metodológica e potencializando “o planejamento do ensino, por mais eficiente que seja, não poderá controlar a imensidão de possibilidades das aprendizagens decorrentes” (Franco, 2012, p. 149)



Os planos de aula em análise são exemplos possíveis de práticas pedagógicas inclusivas. Eles cumprem rigorosamente os requisitos curriculares da BNCC, ao mesmo tempo que utilizam os princípios da abordagem do DUA para criarem um ambiente de aprendizagem flexível e acessível a todos os alunos.

Portanto,

As escolas que reconhecem e valorizam a diferença de todos têm projetos inclusivos de educação, e o ensino que ministram difere radicalmente do proposto para atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma - por problemas que vão de deficiências até outras dificuldades de natureza relacional, motivacional ou cultural. (Mantoan, 2015, p. 64)

Conclui-se que a elaboração de planos de aula orientados pelos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem representa um avanço significativo na consolidação de práticas pedagógicas inclusivas e equitativas. Amplia-se as possibilidades de participação dos estudantes, respeita-se as diferenças cognitivas, sensoriais e culturais e reconhece a singularidade de cada sujeito no processo de aprendizagem (CAST, 2018; SEBASTIÁN-HEREDERO, 2020). Nessa perspectiva, o papel do professor ganha centralidade, uma vez que sua atuação reflexiva e intencional possibilita a diversificação de estratégias e recursos pedagógicos (PLETSCH et al., 2022; MARIN; BRAUN, 2020). Assim, o DUA consolida-se como um referencial teórico e metodológico indispensável para o planejamento educacional inclusivo, fortalecendo o compromisso ético e político da docência com a democratização da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido no contexto de um processo formativo da segunda licenciatura, articulado à pesquisa e fundamentado nas experiências práticas vivenciadas pelos professores-cursistas ao longo da formação.

A última parte do trabalho, também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que nesta seção, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica. Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo do resumo.



Neste contexto, o DUA (CAST, 2024; Heredero; Prais; Vitaliano, 2022) é compreendido como a instrumentalização pedagógica que viabiliza, na prática, essa mediação social de forma universal, flexível e equitativa desde o início, evitando práticas compensatórias e adaptações posteriores.

Importante enfatizar que o Desenho Universal para a Aprendizagem não infantiliza o estudante, tampouco reduz ou simplifica o conteúdo. Ao contrário, o DUA amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento ao oferecer múltiplas formas de engajamento, representação e expressão, considerando os diferentes ritmos, estilos e modos de aprender, bem como as especificidades dos estudantes Público da Educação Especial. Assim, o DUA configura-se como uma abordagem que favorece, de maneira gradativa e intencional, a superação de barreiras e desafios, promovendo oportunidades equitativas para que todos os alunos alcancem níveis mais elevados de aprendizagem e desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Coordenação Geral do Programa de Mestrado Profissional Stricto Sensu em Educação Inclusiva da Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR, e também à UNESPAR - Campus Apucarana-PR.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial, n. 555. Brasília, DF: MEC, 2008.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Glossário da educação especial: Censo Escolar 2020. Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em:



https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/caderno_de_instrucoes/Glossario_da_Educacao_Especial_Censo_Escolar_2020.pdf. Acesso em: 01 out. 2025.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

_____. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1.

_____. Decreto no 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

_____. Resolução no 4, de 2 de outubro de 2009. Ministério da Educação. Secretaria de educação especial. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento

_____. Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY (CAST). **Diretrizes do Desenho Universal para a Aprendizagem**. Versão 2.2. Estados Unidos: CAST, 2024. Disponível em: <<https://udlguidelines.cast.org/>>. Acesso em 09 set. 2025.

COSTA, P. K. A.; GÓES, A. R. T. A educação especial e inclusiva. In: GÓES, A. R. T.; COSTA, P. K. A. (Org.). **Desenho Universal e Desenho Universal para Aprendizagem: fundamentos, práticas e propostas para educação inclusiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. v. 1. p. 13-24.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GÓES, Anderson Roges Teixeira; COSTA, Priscila Kabbaz Alves da [Orgs.] **Desenho Universal e Desenho Universal para Aprendizagem: fundamentos, práticas e propostas para Educação Inclusiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. v.2. 247p.

HEREDERO, Eladio Sebastián; PRAIS, Jacqueline L. de Souza; VITALIANO, Celia Regina. **Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA): uma abordagem curricular inclusiva**. São Paulo: Editora de Castro, 2021. DOI: 10.46383/isbn.978-65-5854-687-0.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.



SAVIANI, D. (2019). **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 12. ed. Campinas: Autores Associados.

SOUZA, V. G. R.; RODRIGUES, T. D. Direitos escolares e educação inclusiva. Educere – Revista da Educação da UNIPAR, Umuarama, v. 23, n. 2, p. 847-864, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/educere/article/view/10361/5038>. Acesso em: 18 set. 2025.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, L. S. Obras completas: Fundamentos da Defectologia. Tradução do Programa de Ações relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução Guillermo Arias Beatón. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2019, 488 p. Tomo cinco.

